

Dinâmicas territoriais sustentáveis: um novo conceito de desenvolvimento para as comunidades rurais e pesqueiras catarinenses

Sergio Leite Guimarães Pinheiro¹, Paulo Freire Vieira² e Claire Cerdan³

De tempos em tempos surgem diferentes e polêmicas abordagens de desenvolvimento. Foi assim com as teorias de desenvolvimento local ascendente (“bottom-up”) nos anos 70 e 80, com o aprofundamento da noção de sustentabilidade nos anos 90 e, mais recentemente, com a promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS).

Contudo, o fenômeno da resistência à mudança já se tornou uma realidade bem conhecida dos cientistas sociais, e muitas inovações que colocam em xeque as concepções usuais de planejamento e gestão costumam ser distorcidas e banalizadas pela for-

ça de inércia dos bons e velhos costumes. Às vezes, mudam-se apenas os discursos e as declarações de “boas intenções”. O conceito de sustentabilidade, por exemplo, vem sendo cada vez mais apropriado e distorcido pelos arautos do crescimento econômico a qualquer custo e, atualmente, está muito difícil diferenciar os vários casos de gestão supostamente integrada, participativa e ecologicamente prudente do meio rural. As novas e seminais contribuições que estão emergindo em nome das dinâmicas territoriais sustentáveis correm os mesmos riscos de apropriação indébita e oportunista.

Experiências pioneiras com um novo conceito de território

Na era da globalização assimétrica, muitos países do sul se veem cada vez mais ameaçados pela padronização indiscriminada de produtos e serviços no mercado global. Com a intensificação do intercâmbio de “commodities” mobilizando uma rede de corporações transnacionais, o rico patrimônio natural e cultural acumulado ao longo dos séculos pelas comunidades locais passou a ser sistematicamente degradado.

A Coca-cola, o “Big Mac” e os



Em SC, experiências de DTS identificam e valorizam as riquezas territoriais específicas...

¹ Eng.-agr., Dr., Epagri, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (48) 3239-5605, e-mail: pinheiro@epagri.sc.gov.br.

² Cient. soc., Dr., UFSC/NMD, C.P. 476, 88040-900 Florianópolis, SC, fone: (48) 3721-8610, e-mail: vieira.p@cfh.ufsc.br.

³ Eng. de alim., Dra., Cirad, e-mail: claire.cerdan@cirad.fr.

“resorts” turísticos começaram a competir, nos mercados locais, com os vinhos, frutas, sucos, pães, queijos, cenários, valores culturais, produtos, serviços típicos e a hospitalidade única de pequenas pousadas e comunidades. Os fabricantes de espumantes apropriaram-se do rótulo (nobre) de “champagne”, e qualquer queijo ralado de qualidade duvidosa passou a ser chamado de parmesão. Essas fraudes colidem frontalmente com o acervo de tecnologias vernaculares, consideradas como patrimônio cultural de comunidades dotadas de atributos únicos e insubstituíveis. Para os habitantes dessas áreas, esse processo de modernização conservadora deixa como legado para as novas gerações o agravamento do desemprego, da pobreza, do êxodo rural e da degradação socioambiental. Produtos, serviços, cenários e valores uniformizados acabam desestimulando a presença de visitantes interessados em algo mais do que apenas lazer alienado nos finais de semana, sol e mar nas férias de verão.

Nesse contexto, muitas regiões europeias começaram a reagir a esse rolo compressor, mobilizando seus recursos territoriais específicos, valorizando a identidade cultural de suas comunidades, mobilizando instrumentos de gestão e de propriedade intelectual (indicação geográfica [IG], marca coletiva e/ou de certificação)

(Rimisp), países como o Chile, o Equador, a Colômbia, o Peru, a Guatemala, a Bolívia, o México e o Brasil estão desenvolvendo atualmente experiências e projetos promissores nessa direção.

No Brasil, desde o final de 2008, um desses projetos vem sendo conduzido na zona costeira do Estado de Santa Catarina. Dele participam pesquisadores vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento) e à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), além de diversas organizações da sociedade civil, contando com o apoio financeiro do Ministério da Pesca e da Aquicultura (MPA), do Rimisp e do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad).

Iniciativas dessa natureza buscam estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais e pesqueiros partindo da ampliação da capacidade de organização em rede das populações locais. Um dos aspectos mais relevantes diz respeito à abordagem integradora de ações coletivas ajustadas a uma interpretação coevolutiva das relações que mantemos com a natureza. Nessas dinâmicas territoriais é colocado em primeiro plano o fomento da integração

De territórios dados a territórios construídos

Afinal, qual a significação precisa desse novo conceito de território? Na literatura especializada não existe ainda uma definição-padrão e tampouco “receitas prontas” para a construção de territórios sustentáveis. Mas mesmo como um conceito ainda em construção, vem se formando um gradativo consenso entre os pesquisadores quanto a alguns princípios e orientações básicas para dotá-lo de conteúdos empíricos cada vez mais sólidos e confiáveis.

Territórios não se referem apenas a espaços físicos delimitados de acordo com certos atributos ecológicos, econômicos ou político-administrativos, a exemplo de bacias hidrográficas, distritos, municípios, microrregiões homogêneas ou países. Estes são denominados “territórios dados”, que podem, eventualmente, se transformar em “territórios construídos”, com fronteiras fluidas e dinâmicas. A construção territorial pressupõe, sobretudo, o senso de pertencimento ao lugar, a preocupação pela transmissão intergeracional do patrimônio natural e cultural, o empreendedorismo coletivo, a capacidade de inovação permanente e o adensamento progressivo do capital social. Trata-se de um processo complexo e de longo fôlego, que não pode



... e promovem a integração entre setores com base na identidade territorial

numa perspectiva mais sensível às condicionantes ecológicas. Na América Latina, com o apoio de entidades como o Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural

intersetorial, da aprendizagem coletiva, da cooperação fundada numa concepção alternativa – sistêmica e solidária –, de eficiência econômica e de inclusão econômica e social.

ser simplesmente decretado: ele exige planejamento flexível e monitoramento contínuo.

Além disso, os territórios socialmente construídos ampliam as oport- ▶



Ao mesmo tempo que preserva a identidade territorial, o DTS resgata a autoestima e a solidariedade nas comunidades catarinenses

tunidades econômicas para as comunidades e atores locais, sobretudo pela diferenciação e valorização de seus produtos e serviços. Um exemplo pode ser encontrado na região francesa de Nyons, famosa pela excepcional qualidade dos seus azeites. Embora eles sejam considerados idênticos aos azeites produzidos em regiões vizinhas, suas vendas vêm se expandindo significativamente nos últimos tempos. Hoje em dia, a imagem de “qualidade territorial” que a região adquiriu abrange uma ampla gama de produtos e serviços que vêm sendo cada vez mais valorizados pelos visitantes. Para potencializar essa vantagem, os mais diversos atores governamentais e não governamentais têm procurado integrar cada vez mais suas ações e fortalecer a visibilidade e a competitividade sistêmica desse território.

Consolidaram-se, assim, conceitos como “cestas de bens e de serviços territoriais” (Pecqueur, 2006) e “sistemas produtivos localizados”, dois componentes essenciais do novo enfoque de DTS.

No caso brasileiro, dinâmicas semelhantes vêm sendo observadas na vitivinicultura da Serra Gaúcha, bem como na produção de queijos em Minas Gerais e no Planalto Catarinense, entre outras. Entretanto, existe um

longo caminho a ser percorrido para transformar oportunidades muitas vezes subaproveitadas ou mesmo desconhecidas em dinâmicas sustentáveis de desenvolvimento territorial cada vez mais sólidas e dotadas de legitimidade social.

Do conceito à ação

O processo de pesquisa sobre DTS pressupõe, inicialmente, a realização de um diagnóstico territorial panorâmico, visando rastrear trajetórias de desenvolvimento, mapear identidades culturais e localizar perspectivas realistas de ativação de recursos específicos. O diagnóstico é aprofundado visando à identificação precisa dos atores sociais envolvidos, o sistema de ação no qual eles estão inseridos, suas aspirações, alianças e conflitos intergrupais e interinstitucionais.

Mediante o fortalecimento de espaços públicos de qualificação e negociação de conflitos, busca-se impulsionar a integração intersetorial, que viabiliza a estabilização de um novo estilo de governança territorial. A construção participativa de cenários normativos de longo prazo, a realização de estudos de viabilidade e o esforço de territorialização de bens e serviços por meio de sinais distintivos (IG, marca territorial ou coletiva)

complementam o roteiro metodológico básico.

Na complexa passagem do conceito à ação, a internalização de uma ética ecológica capaz de superar a ética utilitarista, a integração horizontal (ou intersetorial) e vertical (ou transescalar), a negociação de conflitos de percepção e interesse, a tendência recorrente de elitização do processo de desenvolvimento e a força de inércia de uma cultura política conservadora, clientelista e corrupta constituem os principais desafios a serem superados em nosso país.

Literatura consultada

1. PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados, *Eisforia*, Florianópolis, v.4, n.4, p.135-153, 2006.
2. RANABOLDO, C.; SCHEJTMAN, A. (Eds.). *El valor del patrimonio cultural: territorios rurales, experiencias e proyecciones latinoamericanas*. Lima, Peru: IEP/RIMISP, 2008. 428p.
3. VIEIRA, P.F.; CAZELLA, A.A.; CERDAN, C. *Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos*, *Eisforia*, Florianópolis, v.4, n.4, p.13-20, 2006. ■